

DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA
EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 95791 de 18/03/2013
Edição Eletrônica nº 19536



Código de Verificação

Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/12
Lucro líquido do exercício	40.574	30.054	40.574
Resultado abrangente	-	-	-
Resultados abrangentes do exercício	40.574	30.054	40.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Controladora Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/12
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(Reapresentado)		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	58.771	45.087	58.895
Itens que não afetam as disponibilidades			
Depreciação e amortização	19	97	19
Equivalência patrimonial	45	-	-
Juros e variação monetária sobre empréstimos	6.871	8.527	6.871
Receita de aplicações financeiras	(1.093)	(892)	(1.093)
Baixa de ativos	31	-	31
	64.644	52.819	64.723

(Aumento) redução no ativo

Títulos e valores mobiliários	-	5.568	-
Contas a receber ativo financeiro	(6.669)	145	(11.038)
Impostos a recuperar	1.991	(1.988)	1.991
Adiantamentos a fornecedores	(116)	-	(7.125)
Estoques	(13)	(64)	(13)
Devedores diversos	(2.462)	(769)	(2.462)

Aumento (redução) no passivo

Fornecedores	(1.580)	745	(1.524)
Tributos e contribuições sociais pagos	(15.376)	(10.526)	(15.367)
Taxas regulamentares	405	299	405
Credores diversos	1.072	107	1.079
Adiantamento de clientes	(499)	1.667	(499)

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

	41.397	48.003	30.170
--	--------	--------	--------

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Resgate de aplicações financeiras	70.375	93.683	70.375
Aplicações financeiras	(120.408)	(101.244)	(120.408)
Aporte de capital na controlada	(2.161)	-	-
Aplicações no imobilizado	(102)	(2)	(102)
Aplicações no intangível	(151)	(67)	(152)

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

	(52.447)	(7.630)	(50.287)
--	----------	---------	----------

Fluxos de caixa das atividades de financiamentos

Partes relacionadas	(9.120)	1	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(37.230)	(51.261)	(37.230)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	80.000	75.000	80.000
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(22.576)	(64.086)	(22.576)

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos

	11.074	(40.346)	20.194
--	--------	----------	--------

Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa

	24	27	77
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	94	67	94
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	118	94	171

Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa

	24	27	77
--	----	----	----

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Proposta de distrib. de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2009	42.095	7.154	49.401	-	-	-	98.650
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	29.564	-	29.564
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.265	-	-	(1.265)	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(7.081)	-	(7.081)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	(2.955)	-	(2.955)
Reserva de lucro do exercício	-	-	18.263	-	(18.263)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	42.095	8.419	67.664	-	-	-	118.178
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.054	-	30.054
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	(16.718)	-	-	-	(16.718)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(13.285)	-	(13.285)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	(3.345)	-	(3.345)
Reserva de lucro do exercício	-	-	2.020	11.404	(13.424)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	42.095	8.419	52.966	11.404	-	-	114.884
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.574	-	40.574
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	(11.404)	-	-	(11.404)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(23.036)	-	(23.036)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	(3.005)	-	(3.005)
Reserva de lucro do exercício	-	-	7.381	7.152	(14.533)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012 14	42.095	8.419	60.347	7.152	-	-	118.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional: A ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "ECTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 08 de agosto de 2000 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e s7erviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Acy Aviano Varela Xavier, s/nº, sala D, Lages - SC. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão:

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
88/2000	30	2030	70.610	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.313/2012. Os Contratos de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** A emissão destas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foi autorizada pela diretoria, em 21 de fevereiro de 2013. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 compreendem: **a)** as demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado". **b)** as demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como "Controladora" ou "Individuais". Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê

de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. A Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em único conjunto, lado a lado. **2.2 Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, seguros e meio ambiente, não foram cobertas pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Critérios de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e sua controlada. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: detém mais do que metade do poder de voto; governa as suas políticas financeiras e operacionais; e indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração. Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. • Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas. O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

estabelecidas entre as partes. A Companhia consolida de forma integral a ETSE desde sua constituição, em 28 de dezembro de 2011, devido a participação societária de 100% na controlada.

2.5 Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 e 2010: Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis e também a melhor comparabilidade dos saldos a Companhia efetuou os seguintes ajustes e reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2011 e 2010: (i) Tributos e contribuições sociais diferidos: em processo de análise e conciliação dos saldos contábeis, a Companhia concluiu sobre a necessidade de efetuar ajustes nos saldos de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Estes ajustes se deram em virtude da mudança de tributação de lucro real para presumido ou lucro presumido para o lucro real. (ii) Reclassificação dos saldos da rubrica de caixa e equivalente de caixa para investimentos de curto prazo, por se tratar de itens cujo o prazo, entre a data da emissão e o vencimento excedem três meses. O sumário dos ajustes e reclassificações realizados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é apresentado como segue:

	31/12/2011		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Balanco patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	12.962	(12.868)	94
Investimentos de curto prazo (ii)	-	12.868	12.868
Ativo circulante	93.121	-	93.121
Passivo não circulante (i)	73.564	9.275	82.839
Patrimônio líquido (i)	124.158	(9.274)	114.884
DRE			
Lucro líquido do exercício (i)	30.011		30.054
DFC			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (i)	48.896	(893)	48.003
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (ii)	(69)	(7.561)	(7.630)

	31/12/2010		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Balanco patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	4.482	(4.415)	67
Investimentos de curto prazo (ii)	-	4.415	4.415
Ativo circulante	82.290	-	82.290
Passivo não circulante (i)	54.970	9.317	64.287
Patrimônio líquido (i)	127.495	(9.317)	118.178

3. Sumário das principais práticas contábeis: 3.1 Ativos financeiros: Reconhecimento inicial: Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios: • Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício. • Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. • Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são

classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. **3.1.2 Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários:** Os investimentos de curto prazo incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários e estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de "reserva de disponíveis para venda", no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do exercício no momento da sua realização. Os efeitos provenientes de perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Estão representados por investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica investimentos de curto prazo. **3.1.3 Contas a receber - ativo financeiro:** De acordo com o ICPC 01 - (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado. A Companhia e sua controlada classificam os saldos de Contas a receber - ativo financeiro, como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável. O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a

Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais. Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes. **3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.1.5 Baixa de ativos financeiros:** A Companhia e sua controlada baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e sua controladora mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação. **3.2 Estoques:** Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável. **3.3 Investimentos:** Nas demonstrações contábeis individuais a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial. A Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. **3.4 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2012, 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. **3.5 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **3.5.1 Provisões para litígios:** Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.6 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e sua controlada. Passivos financeiros ainda

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. • Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios. **3.6.1 Liquidação de passivos financeiros:** A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **3.7 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8 Tributação: 3.8.1 Impostos sobre a receita de transmissão:** A receita de transmissão está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%; Esses tributos são deduzidos da receita de transmissão, e está apresentada na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **3.8.2 Correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **3.8.3 Diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.9 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos

futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. **3.10 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante. **3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e sua controlada não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos. **3.12 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa de auditoria independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta e ad-referendum da assembleia geral ordinária. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido. A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios. **3.13 Taxas regulamentares: 3.13.1 Reserva Global de Reversão (RGR):** Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP. **3.13.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos. **3.13.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP. **3.14 Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e sua controlada. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e sua controlada, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. **3.14.1 Receita de transmissão de energia elétrica:** A ECTE e sua controlada reconhecem a receita

de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12). O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema. As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em: • Receitas de desenvolvimento de infraestrutura; • Receitas de remuneração dos ativos da concessão. E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em: • Receitas de operação e manutenção; • Receitas de remuneração dos ativos da concessão. **3.14.2 Receita de juros:** A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **3.15 Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Para o cálculo do resultado diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição. O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos. **3.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Controladora e Consolidada requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e sua controlada adotaram, premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e sua controlada são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **3.16.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a Companhia não identificou nenhum indicador,

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros. **3.16.2 Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. **3.16.3 Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros efetivamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **3.16.4 Provisão para litígios:** A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente. **3.16.5 Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro. **3.16.6 Momento de reconhecimento do ativo financeiro:** A Administração da Companhia e sua controlada avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro, somente ocorrerá quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado à ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação de desenvolvimento da infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento de desenvolvimento da infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro. **3.16.7 Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros:** A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento. **3.16.8 Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura:** A ECTE e a sua controlada abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registram o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita do desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento da infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de

gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura, mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura. **3.16.9 Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato. **3.17 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CFC. **4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB e aprovadas pela CVM mas não estão em vigor para o exercício de 2012: • IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras - A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e a sua aplicação não apresentará impactos relevantes. • IAS 19 - Benefícios aos empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda não trará impactos para a Companhia. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013. • IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas: O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações financeiras consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC -12 Consolidação - Entidades para Fins Especiais - Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive as entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. • IFRS 11 - Acordos Conjuntos (*Joint ventures*): Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto - Deliberação CVM nº 696 de 13 dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. A adoção do CPC 18 (R2) não trará impacto nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a Companhia não adota a consolidação proporcional de empreendimentos controlados em conjunto. • IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades - Deliberação CVM nº 697 de 13 de dezembro de 2012. Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. A revisão desta norma não gerará impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. • IFRS 13 - Mensuração do valor justo - Deliberação nº 699 de 20 de dezembro de 2012. O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações). A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. A revisão desta norma não gerará impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **5. Investimentos de curto prazo:** Os investimentos de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes e são considerados instrumentos financeiros disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 os saldos eram de R\$ 63.994, R\$ 12.868, R\$ 4.415, na controladora e R\$ 63.994 no consolidado em 31 de dezembro de 2012, sendo remunerados, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxas que variam de 98% a 101% (99% a 101% em 2011 e 98% a

101% em 2010). **6. Títulos e valores mobiliários:** Em 31/12/2010 a Companhia manteve saldo de R\$ 5.568, referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES. Em 2011 os empréstimos da ECTE foram quitados e consequentemente a conta reserva foi extinta. **7. Contas a receber - ativo financeiro:** Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União - Poder Concedente e a Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE e Empresa de Transmissão Serrana S.A., respectivamente regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - (IFRIC 12) Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ECTE e ETSE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir: • Movimentação do ativo financeiro da concessão:

	Controladora Consolidado			
	Saldo em 31 de dezembro de 2010	213.069	213.069	
Receita de operação e manutenção		6.519	6.519	
Receita de remuneração dos ativos da concessão		57.048	57.048	
Realização do ativo financeiro (recebimento)		(63.712)	(63.712)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	212.924	212.924	212.924	
Receita de operação e manutenção		6.013	6.013	
Receita de remuneração dos ativos da concessão		69.580	69.659	
Receita de desenvolvimento de infraestrutura		-	4.290	
Realização do ativo financeiro (recebimento)		(68.924)	(68.924)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	219.593	223.962	223.962	
Contas a receber ativo financeiro - circulante		79.115	79.115	
Contas a receber ativo financeiro - não circulante		140.478	144.847	
Total circulante e não circulante	219.593	223.962	223.962	
8. Tributos e contribuições a compensar				Conso-
		Controladora	olidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/10	31/12/12
Imposto de renda	-	684	218	-
Imposto de renda retido na fonte	232	378	-	232
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	664	-	-
Outros	82	579	99	82
	314	2.305	317	314

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Investimentos: a) Os investimentos da Companhia estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/12</u>	
Dados da controlada:		
Total do ativo	11.432	
Total do passivo	9.316	
Patrimônio líquido	2.116	
Receita líquida	4.033	

10. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas:

	Controladora				31/12/11	31/12/10
	31/12/12		31/12/11			
	Circulante	Não circulante	Principal	Total		
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total	Total
BNDDES	-	-	-	-	-	50.119
Debêntures 1ª emissão (I)	151	16.260	36.733	53.144	69.560	-
Debêntures 2ª emissão (II)	1.042	-	79.669	80.711	-	-
	<u>1.193</u>	<u>16.260</u>	<u>116.402</u>	<u>133.855</u>	<u>69.560</u>	<u>50.119</u>

Em 31 de dezembro de 2012 a controlada ETSE não manteve saldo com empréstimos, financiamentos e debêntures. **Debêntures 1ª emissão:** Em fevereiro de 2011 a Companhia emitiu debêntures através do Banco HSBC no valor de R\$ 75.000 no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos, serão amortizadas em 55 parcelas mensais e consecutivas, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016; **Debêntures 2ª emissão:** Em outubro de 2012 a Companhia emitiu debêntures através do Banco Itaú no valor de R\$ 80.000 no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos, serão amortizadas em parcelas semestrais e consecutivas e atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 0,9875% ao ano, com vencimento final em outubro de 2017. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures. As escrituras com debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 31 de dezembro de 2012, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. As cláusulas restritivas da ECTE estão relacionadas à dívida líquida no limite de R\$ 153.414 e R\$ 171.000 para a 1ª e 2ª emissão de debêntures respectivamente, acrescidos de atualização pelo IGPM. Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

	Controladora	Consolidado
2014	37.109	37.109
2015	37.109	37.109
2016	24.865	24.865
2017	17.319	17.319
	<u>116.402</u>	<u>116.402</u>

11. Tributos e contribuições sociais a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/10	31/12/12
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	
Passivo circulante				
Imposto de Renda				
Pessoa Jurídica - IRPJ	9.102	10.164	7.709	9.105
PIS e COFINS	166	194	182	166
Contribuição Social -				
CSLL	3.039	3.616	2.598	3.039
ICMS	13	38	36	13
Outros	134	93	114	140
	<u>12.454</u>	<u>14.105</u>	<u>10.639</u>	<u>12.463</u>
Passivo não circulante				
IRPJ e CSLL				
Diferidos (a)	32.369	27.896	26.855	32.493

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	25.427	25.427
Imposto diferido reconhecido		
no resultado	1.428	1.428

Lucro líquido	(45)	<u>31/12/12</u>
Quantidade de ações	2.161.000	
Participação da ECTE:		
Quantidade de ações	2.161.000	
no capital social	100%	
no resultado	(45)	
no patrimônio líquido	2.116	

	Controladora				31/12/11	31/12/10
	31/12/12		31/12/11			
	Circulante	Não circulante	Principal	Total		
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total	Total
BNDDES	-	-	-	-	-	50.119
Debêntures 1ª emissão (I)	151	16.260	36.733	53.144	69.560	-
Debêntures 2ª emissão (II)	1.042	-	79.669	80.711	-	-
	<u>1.193</u>	<u>16.260</u>	<u>116.402</u>	<u>133.855</u>	<u>69.560</u>	<u>50.119</u>

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	26.855	26.855
Imposto diferido reconhecido		
no resultado	1.042	1.042
Saldo em 31 de dezembro de 2011	27.897	27.897
Imposto diferido reconhecido		
no resultado	4.472	4.596
Saldo em 31 de dezembro de 2012	32.369	32.493

12. Taxas regulamentares:

	Controladora			Consolidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/10	
Quota de reserva global de reversão - RGR	148	92	201	148
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.343	107	83	2.343
Taxa de fiscalização - ANEEL	130	2.017	1.633	130
	<u>2.621</u>	<u>2.216</u>	<u>1.917</u>	<u>2.621</u>

13. Provisão para litígios: A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, têm probabilidade de êxito, classificados como "possível" e diante desse pressuposto, não procedem pela Companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. Em 31 de dezembro de 2012 o valor envolvido estimado foi de R\$ 65 em processos cíveis (R\$ 4 em processos trabalhistas em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 3 em 2010). **14. Patrimônio líquido:**

14.1 Capital social: O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 42.095, representado por 42.095.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Controladora		
	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	Total
	Ordinárias	Votante	
Alupar Investimento S.A.	18.950.002	45,017228%	45,017228%
MDU Resources Luxembourg II LLC, S.A	2.106.854	5,004998%	5,004998%
Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC	13.001.025	30,884963%	30,884963%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	8.037.109	19,092788%	19,092788%
Membros do Conselho de Administração	10	0,000024%	0,000024%
	<u>42.095.000</u>	<u>100,000000%</u>	<u>100,000000%</u>

14.2 Reserva de lucro: **14.2.1 Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Este limite foi atingido em 2010. **14.2.2 Reserva de retenção de lucros:** Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2012, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros. **14.3 Dividendos propostos:** A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$ 23.036

(R\$ 13.285 em 2011), valor este superior ao dividendo mínimo exigido pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal). De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 3.005 (R\$ 3.345 em 2011 e R\$ 2.955 em 2010).

Lucro líquido do exercício	40.574
Base de cálculo de dividendos	40.574
Juros sobre capital próprio	(3.005)
Dividendos intermediários	(23.036)
Reserva de lucros retidos	(7.381)
Destinação para dividendos	7.152

15. Receita operacional líquida: A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado
	31/12/12	31/12/11	
Receita operacional bruta	75.593	63.567	79.962
Receita de operação e manutenção	6.013	6.519	6.013
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	-	4.290
Receita de remuneração dos ativos da concessão	69.580	57.048	69.659
Deduções da receita operacional	(4.878)	(4.568)	(4.878)
PIS	(448)	(419)	(448)
COFINS	(2.067)	(1.936)	(2.067)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(1.723)	(1.613)	(1.723)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(640)	(600)	(640)
Receita operacional líquida	70.715	58.999	75.084

16. Receitas e despesas financeiras:

	Controladora		Consolidado
	31/12/12	31/12/11	
Receitas financeiras			
Receita de aplicações financeiras	1.209	1.089	1.209
Outros	6	12	6
	<u>1.215</u>	<u>1.101</u>	<u>1.215</u>

Despesas financeiras

Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(6.871)	(8.521)	(6.871)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	(6)	-
Outros	(635)	(296)	(635)
	<u>(7.506)</u>	<u>(8.823)</u>	<u>(7.506)</u>

Resultado financeiro

	<u>(6.291)</u>	<u>(7.722)</u>	<u>(6.291)</u>
--	----------------	----------------	----------------

Conforme requerido pela legislação fiscal a Companhia contabilizou como despesas financeiras, Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 3.005 (R\$3.345 em 2011). Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

17. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31/12/12	31/12/11
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	58.771	45.087
Juros sobre capital próprio	(3.005)	(3.345)
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(11.205)	(3.060)
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	44.561	38.682
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	15.151	13.152

Contas a receber de órgãos públicos não realizados	(86)	(13)
Despesas indedutíveis	154	543
Outras	(241)	311
	14.978	13.993

Reversão de crédito tributário diferido Lei Rouanet	(562)	-
IR exercício anterior	(334)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(357)	-
	13.725	13.993
Taxa efetiva	30,80%	36,17%

a) Regime tributário de transição: A Medida Provisória 449/2008,

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais. Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's. **18. Instrumentos financeiros:** Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. a) **Financiamentos:** O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. b) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: (I) Risco de crédito - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; (II) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M; (III) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI; (IV) Risco de liquidez - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual,

representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL; (V) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. c) **Hierarquia do valor justo:** A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, não houveram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como Nível II o contas a receber - ativo financeiro. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I, nível II e III. d) **Valor justo:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar): (i) O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil. **19. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2012 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 580 (R\$ 532 em 31 de dezembro de 2011),

compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2012, a companhia manteve saldo de partes relacionadas com a controlada ETSE (Empresa de Transmissão Serrana S.A.) referente a adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 9.120 a serem integralizados ao capital social da controlada. A ETSE manteve em 31 de dezembro de 2012 contrato com Alusa Engenharia no total de R\$ 52,8 milhões referentes a prestação de serviços na infraestrutura, sendo que o montante de R\$ 4.491 foram realizados a título de adiantamento. Vide maiores detalhes nota explicativa 22. **20. Benefícios a empregados:** A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. **21. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 15 de março de 2012 a 07 de julho de 2013, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro. O prêmio anual montou em R\$ 30. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **22. Compromissos assumidos:** A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 73. Em 31 de dezembro de 2012, a ETSE contratou fornecimento de equipamentos, materiais e serviços no montante de R\$ 118,8 milhões. Os investimentos realizados totalizam R\$ 11,2 milhões.

O Conselho de Administração**A Diretoria****Contadora - Satiko Rosangela Sato Sinbo - CRC 1SP179231/O-0-S-SC****Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados

para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os

exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outros assuntos: Reapresentação das demonstrações contábeis:** Em 18 de maio de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Conforme descrito na nota explicativa 2.5, subsequentemente, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar e alterar determinados itens, de modo que as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão sendo reapresentadas para refletir o efeito das referidas reclassificações e alterações. A presente opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Quality in Everything We Do**ERNST & YOUNG TERCO****Auditores Independentes S.S.****Luiz Carlos Passetti**

CRC-2SP015199/O-6 Contador CRC - 1SP144343/O-3-S-SC